

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Caio Cesar/CMR3



Movimento para levar Carlos desarruma jogo

Santa Catarina também racha à direita

Na segunda-feira (17), comentávamos aqui como a direita vai se enrolando por falta de unidade nas suas escolhas. Mostramos o exemplo do Distrito Federal. Outro exemplo parecido acontece em Santa Catarina. E tem como foco principal o movimento para levar o vereador Carlos Bolsonaro do Rio de Janeiro para o estado para tentar por lá uma vaga de senador pelo PL.

Essa movimentação está gerando riscos para o projeto do governador Jorginho Mello (PL) de tentar a reeleição. Especialmente pela briga na direita pelas duas vagas ao Senado. O movimento em favor de Carlos Bolsonaro pode prejudicar a deputada Caroline de Toni (PL), que também almeja a vaga. Por conta disso, ela cogita mudar de partido: pode ir para o Novo.

Outra chapa

O problema para Jorginho Mello: ela pode formar uma chapa alternativa rachando a direita. Uma pesquisa de um instituto local, o Neokemp, divulgada nesta segunda, dá um sinal de como essa divisão pode enrolar um jogo que parecia ganho em Santa Catarina.

Joinville

A pesquisa resolveu testar o prefeito de Joinville, Adriano Silva (Novo), como candidato ao governo. Embora Mello lide com certa folga, 39,5%, Adriano Silva aparece com 8,3%. É um cenário que indica segundo turno na disputa pelo governo catarinense.

Lula Marques/Agência Brasil



Caroline de Toni pode deixar PL para disputar Senado

Com Caroline de Toni, Novo poderia montar chapa forte

Com a filiação de Caroline de Toni, o Novo poderia acabar formando uma chapa forte em Santa Catarina. Não custa lembrar que Joinville é a maior cidade do estado – não é a capital, Florianópolis. Há quem avalie, portanto, que poderia se repetir quadro semelhante ao que fez Luiz Henrique (MDB) sair da mesma

Joinville e se eleger governador em uma eleição em que parecia ser favorito o hoje senador Esperidião Amin (PP). Aliás, Amin é outro dos fatores a rachar a direita. Há um acordo com Jorginho Mello no sentido de que uma das vagas na sua chapa fique com o PP. Ou seja, um candidato a senador seria do PL, e o outro Amin.

Carlos

As pesquisas hoje mostram preferência para o Senado de Caroline de Toni e Carlos Bolsonaro. Mas mostram também o filho 02 de Jair Bolsonaro com a rejeição mais alta: 35%. Parece pesar contra ele o fato de ser um candidato “importado” de outro estado.

Segunda vaga

Na esquerda, faz-se a leitura de que toda essa briga, envolvendo Carlos, Caroline de Toni e Esperidião Amin, dividindo votos, poderia levar Décio Lima a pelo menos obter a segunda vaga, tirando um dos senadores da direita da conservadora Santa Catarina.

Décio

Todo esse racha vem sendo observado de perto pela esquerda. Na pesquisa Neokemp, o petista Décio Lima aparece em terceiro para governador, com 13,2%, atrás do prefeito de Chapecó, João Rodrigues (PSD), que tem 19,2%. E se Décio sair para o Senado?

Outra briga

Outra briga envolve a deputada Julia Zanata (PL) e o senador Jorge Seif (PL). Os dois tiveram um desentendimento. A deputada estadual Ana Caroline Campagnolo (PL) fez uma “live” para tentar acalmar Zanata. Seif resolveu entrar na conversa. Zanata saiu da “live”.

Motta garante PL Antifacção nesta terça-feira

Ainda há, porém, arestas a aparar no relatório de Derrite

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Apesar das críticas ao projeto de Derrite, Hugo Motta quer votar hoje

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou em suas redes sociais, nesta segunda-feira (17), que o PL antifacção, relatado por Guilherme Derrite (PP-SP), será votado pelo plenário nesta terça-feira (18), como ele já havia determinado após o adiamento da análise na semana passada.

“Segurança pública exige firmeza, mas também garantias e eficiência institucional. Por isso, inseri na pauta de amanhã e a Câmara dos Deputados vai votar o Marco Legal de Combate ao Crime Organizado. É a resposta mais dura da história do Parlamento no enfrentamento do crime organizado”, publicou no X.

“O projeto aumenta as penas para integrantes de facções e dificulta o retorno às ruas, também cria e integra os Bancos Nacional e Estaduais de Dados sobre as Organizações Criminosas”, completou.

Adiada

A votação, antes prevista para a semana passada, acabou adiada após o parecer de Derrite – que já está em sua quarta versão – desagradar tanto ao governo como à oposição. O relator deve apresentar um novo texto antes da votação.

Nesta terça (18), pela manhã, está marcada uma reunião entre Motta, Derrite e líderes partidários, antes da sessão plenária, para debater detalhes do parecer.

É possível que aliados do governo Lula (PT) apresentem emendas e destaques durante a votação no plenário para que o texto fique mais parecido com o original, apresentado pela gestão petista ao Congresso.

Do outro lado, a oposição de direita também pretende usar emendas e destaques para modificar a proposta e ten-

tar aprovar a equiparação das facções aos terroristas, algo de que Derrite acabou desistindo, apesar de ser uma bandeira do bolsonarismo.

Consenso

Parte dos líderes ouvidos pela reportagem diz acreditar que é possível alcançar um consenso até terça, enquanto outros afirmam que mais dias ou semanas são necessários para que Derrite ajuste a proposta ouvindo também governadores, integrantes do Judiciário, secretários e especialistas.

Aliados de Lula trabalham com a ideia de votar a matéria e superar a pauta, o que vai depender do novo texto apresentado por Derrite, enquanto a oposição pede mais tempo e tenta explorar o desgaste da esquerda na área da segurança pública.

O relator, segundo deputados próximos, também tem disposição de liquidar o assunto, depois de ter sido alvo até

mesmo de aliados, que viram inabilidade na construção do parecer. Na avaliação de boa parte dos deputados, Derrite, que era secretário de Segurança do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos), cometeu erros e perdeu força política.

Nos bastidores, a intenção de deputados da direita é manter em destaque na Casa a pauta da segurança, área de desgaste para o governo Lula. Para o Palácio do Planalto, a intenção é oposta – superar o tema para avançar em outros assuntos de interesse da base num contexto político já contaminado pela eleição de 2026.

Na semana passada, após o governo argumentar que o relator pretendia diminuir o papel da Polícia Federal, algo que Derrite nega, o deputado recuou e acabou acatando parte das demandas do Executivo.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, no entanto, aponta uma série de problemas que permanecem no texto. A

última versão pode retirar mais de R\$ 360 milhões ao ano de fundos federais de combate ao crime e redirecioná-los para governos estaduais.

Ainda assim, um aliado de Lula defende que o projeto seja votado o quanto antes. Ele diz que dificilmente o governo conseguirá que Derrite apresente um parecer com o qual concorde integralmente e que, por isso, é preciso apostar no debate político, mobilizando a opinião pública, e votar o melhor texto possível – na expectativa de melhoria no Senado ou de que parte seja vetada por Lula.

Outro grupo que pretende estender o tema é o de governadores. Na quarta, os chefes do Executivo de RJ, DF, GO, MG e SC pediram a Motta um prazo de até 30 dias para a votação do projeto para que suas sugestões possam ser incorporadas, prazo que não deve ser acolhido pelo presidente da Câmara.

Carolina Linhares
(Folhapress)

Verba para Lula se promover supera a de utilidade pública

Lula Marques/Agência Brasil



Mudança coincide com a chegada de Sidônio à Secom

Na véspera do ano eleitoral, o governo Lula (PT) ampliou o dinheiro destinado a divulgar slogans e programas da gestão petista, como “Brasil Soberano” e Gás do Povo. Descrita no orçamento como comunicação institucional, esse tipo de verba agora ocupa 57% da rubrica para publicidade federal.

Os 43% restantes custeiam as chamadas ações de utilidade pública, que incluem desde campanhas de vacinação do Ministério da Saúde e a divulgação das regras do saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Os percentuais marcam uma mudança na distribuição do orçamento de comunicação, que chegou a destinar 70% dos recursos para campanhas de utilidade pública em 2015. No último ano de Jair Bolsonaro (PL) na Presidência, em 2022, a outra fatia, que prioriza a propaganda do governo, alcançou 50,6% dos recursos, o pico na gestão passada.

A gestão Lula manteve uma divisão quase igual entre as duas ações. Durante o ano de 2025, porém, o governo ampliou o orçamento da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência em mais de R\$ 116 milhões e consolidou o avanço da verba de divulgação das bandeiras do governo.

O levantamento considerou valores reservados para as duas ações de comunicação social do governo, que somam R\$ 1,54 bilhão. Desse valor, a publicidade de utilidade pública tem R\$ 661,6 milhões distribuídos entre diversos ministérios, incluindo uma pequena parcela na Secom.

Já a ação orçamentária para a comunicação institucional, que banca somente as propagandas da secretaria da Presidência, alcança R\$ 876,8 milhões.

“Acesso”

Em nota, a Secom nega uso político da publicidade federal. A pasta diz que o único objetivo é “garantir o acesso da população beneficiada às informações relacionadas a esses serviços e entregas” por meio da comunicação institucional.

O novo cenário coincide com a chegada de Sidônio Palmeira ao comando da secretaria. A Secom passou a direcionar mais recursos para propaganda na internet, além de apostar na contratação

de influenciadores digitais.

A pasta ainda planeja gastar mais R\$ 100 milhões por ano com novo contrato de comunicação digital. Os documentos da licitação das agências, que está em fase final, mostram que o governo deseja produzir cerca de 3.000 vídeos por ano para as redes sociais, sendo que apenas os 576 vídeos “com apresentador” devem custar R\$ 12,3 milhões no ano.

O novo contrato ainda deve incluir a criação de podcasts e videocasts, entre outros produtos. Na disputa, as agências tiveram de apresentar uma proposta de “estratégia criativa e eficaz de comunicação” para aumentar o engajamento e alcance das mensagens do governo nas redes em temas como Pé-de-Meia, Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida.

Novo tom

Uma publicação feita no fim de setembro nas redes “gov.br” ilustra o novo tom adotado pelo governo nas propagandas. No vídeo, o apresentador João Kléber transporta o seu “teste de fidelidade” – quadro que visava provocar e “flagrar” eventuais adúlteros – para a disputa entre os governos Lula e Donald Trump.

Mateus Vargas
(Folhapress)